



Desestatização entrará em fase estratégica

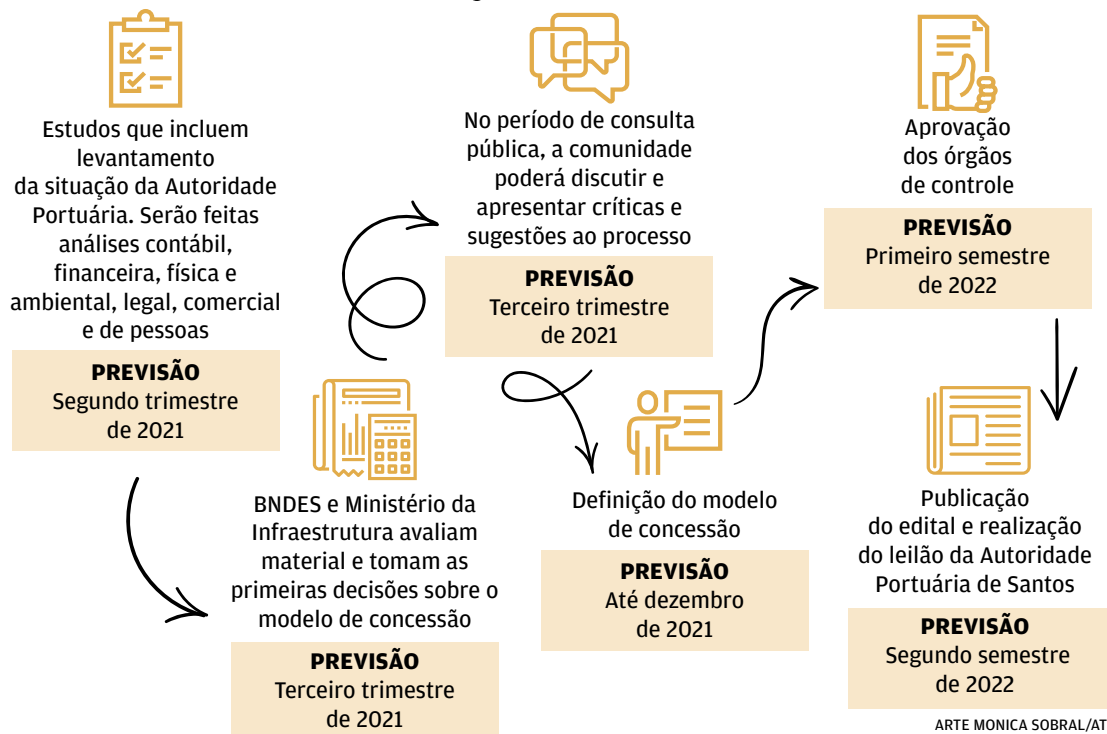
BNDES e Ministério da Infraestrutura vão definir o modelo de concessão do Porto de Santos até o final de 2021

DA REDAÇÃO

Até o final do próximo ano, serão definidas as diretrizes para a desestatização das administrações dos portos de Santos e de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo. A finalização dos estudos e os processos de consultas públicas estão previstos para o terceiro trimestre. Apenas no cais santista, são esperados ao menos R\$ 10,5 bilhões de investimentos do novo concessionário da Autoridade Portuária de Santos, novo nome da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp.

A desestatização dos portos entrou na pauta do Ministério da Infraestrutura no ano passado, quando tomou posse o presidente da República, Jair Bolsonaro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficou responsável pelos estudos sobre a melhor maneira de conce-

A agenda da privatização



der os ativos portuários. Para assessorar o BNDES no caso do Porto de

Santos, foi contratado um consórcio especializado. Ele é liderado pela DTA En-

genharia e conta com as empresas Alvarez e Marçal Consultoria em Engenha-

ria, Garín Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda e os escritórios de advocacia Lobo & De Rizzo e Navarro Prado.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, o serviço já começou. "Foram iniciados os trabalhos de due diligence (avaliação detalhada da situação da empresa) e a caracterização dos ativos do Porto (de Santos), bem como as discussões acerca dos estudos de mercado, estudo técnico-operacional e ambiental".

A Tribuna apurou que esta análise deverá ser concluída até março do próximo ano. Em seguida, os dados serão repassados ao BNDES. De acordo com o banco, depois, o projeto passará pela tomada de decisão dos órgãos responsáveis e será aberta consulta pública. Após a conclusão dos estudos, o material ainda deverá ser submetido ao

Tribunal de Contas de União (TCU).

Apenas então, será publicado o edital da desestatização. E isto está previsto para 2022.

REGRAS INICIAIS

O que se sabe até agora é que o leilão de privatização da Autoridade Portuária deve restringir a participação de operadores portuários. A ideia é evitar desequilíbrios concorrenciais e conflitos de interesses no cais santista durante o período de gestão privada da administração portuária.

Para o Ministério da Infraestrutura, a expectativa é que a entrada do setor privado na gestão dos complexos marítimos "gere maior fluxo de investimentos, com adequação das capacidades de maneira tempestiva e mais dinamização da atividade portuária, além da modernização e melhoria dos níveis de serviços, aumento da eficiência, mais competitividade (interna e externa), bem como incorporação das melhores práticas internacionais".

HÁ 50 ANOS,
ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE
DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO,
DO PORTO DE SANTOS PARA O MUNDO!

SAMMARCO,
SINÔNIMO DE PORTO!

FOTO: ANDRÉ JACONI

SAMMARCO 50 anos
ADVOGADOS

Sammarco Advogados www.sammarco.com.br

FOTO: HUGO HORA

O SOPESP vem atuando desde a sua fundação, em 1994, como protagonista na defesa de seus associados, a classe econômica dos Operadores Portuários.

São ações que vão desde a participação direta e efetiva em debates sobre a regulamentação do setor portuário, no âmbito federal, a seminários e eventos oficiais e privados que proporcionem novas perspectivas para o desenvolvimento dos portos sob sua jurisdição e em nível nacional.

in SOPESP
@sopesp.com.br
www.sopesp.com.br

SOPESP
SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO